

Jurema Marteleto Rugani
Leonardo Barci Castriota

Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim

Resumo

O Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim (IPUC-Betim) propõe-se a apreender os valores do patrimônio urbano e cultural dentro da paisagem onde se inserem. Seu objetivo prende-se à formulação de diretrizes capazes de articular a preservação do patrimônio às demandas por desenvolvimento social e econômico do centro industrial.

A metodologia do inventário reflete a compreensão da cidade como "patrimônio ambiental urbano", conceito contemporâneo que propicia a aproximação de dois campos - o do patrimônio e o do planejamento urbano. Incorporando as perspectivas distintas da história, da arquitetura e do urbanismo e das ciências sociais, o IPUC-Betim busca identificar o processo de formação de identidades sócio-espaciais, colocando-se como etapa essencial à consecução de um *plano de reabilitação urbana integrada* para a cidade.

O centro histórico, cuja origem remonta ao século XVIII, conserva ainda exemplares e conjuntos da arquitetura dos períodos eclético, *art-déco* e moderno. À exceção de alguns imóveis do início do século, recentemente tombados, edificações representativas de épocas mais próximas sofrem os prejuízos e os riscos de depreciação derivados da percepção comum que as qualifica como "sem valor".

Introdução

No que se refere à preservação do meio ambiente urbano lidamos com um duplo condicionamento: por um lado, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco àquele, e que é próprio do desenvolvimento humano. No entanto, cabe à sociedade e governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada, e para que não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento.

Inventários urbanos: conhecimento e projeção

O instrumento do inventário vem sendo utilizado sistematicamente no Brasil desde o final da década de 30, quando se implanta o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Já os modernistas percebiam a importância de se realizar o registro sistemático de nosso acervo cultural, ameaçado pelo desconhecimento e abandono. Para fazer frente a tarefa de tamanha envergadura, o SPHAN teria principiado com os "monumentos arquitetônicos", "por ser mais facilmente praticável a investigação a seu respeito", tendo até então inventariado "as obras de arquitetura de maior interesse...".¹

Nesse enunciado, percebe-se o conceito tradicional de patrimônio, marcado pelos parâmetros da excepcionalidade e da singularidade. Ao processo de inventariamento, seguia-se a proteção através do tombamento. Essa abordagem também se estendia aos conjuntos urbanos protegidos, à própria cidade que era tratada, segundo Lia Motta, "como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos", o que resultou "numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação desse tipo de bem".²

No final dos anos 60, sob a influência da revisão que se procedia internacionalmente nos conceitos ligados à preservação, surgem documentos como a Carta de Veneza de 1964, onde se destaca o conceito de "sítio urbano" que vem substituir o de "cidade monumento" anteriormente utilizado. Rodrigo Mello Franco de Andrade salienta ainda a importância da associação dos processos de planejamento urbano e de preservação dos sítios históricos, e atenta para o atendimento das "conveniências e aspirações naturais de conforto e progresso de sua população".³

O chamado "Compromisso de Salvador", firmado em 1971, inova ao propor a descentralização da preservação do patrimônio no país, através da instituição de órgãos estaduais e municipais. Deste período, cabe destacar a realização dos inventários da Bahia e do IPAC-MG, *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais*, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O IPAC-MG adota a concepção ampliada de patrimônio, reafirmando a necessidade de se evitar a "discriminação monumental", no sentido de

“... evidenciar a representatividade de valores que, se por um lado foram considerados sem nenhuma importância num determinado período, por outro, possam vir a ser valiosos e estimados por gerações posteriores àquelas que os produziram, ou que, de forma contrária, foram tidos como de grande importância numa determinada época e que venham a ser desapreciados no futuro.”⁴

As primeiras tentativas de se privilegiar a visão do conjunto urbano vão acontecer em âmbito municipal. O IGEPAC-SP - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, embora utilizando os instrumentos

tradicionais dos inventários - fichas com registros diversos -, dá muita ênfase às análises, enfocando os aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos das áreas inventariadas. O inventário, então, deixa de ser pensado como mero registro que antecede o tombamento: entre os objetivos específicos do IGEPAC-SP está o de “participar nas políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e outras sujeitas à renovação urbana”.⁵

O IGEPAC-SP representa um avanço em relação aos inventários anteriores, embora, quanto aos fatores "sócio-culturais" sua abordagem limite-se a uma análise do processo de ocupação do bairro, identificando os grupos sociais nele envolvidos sem atentar para as formas de apropriação dos espaços da região.

Como ressalta FONSECA, a apreensão da história das cidades, hoje, faz-se segundo uma perspectiva que abrange todo o “trabalho humano sobre o ambiente”⁶, o qual é transformado continuamente pela sociedade. Essa abordagem faz eco ao enunciado da Carta de Ouro Preto, de 1992, onde já se antecipava que a questão do patrimônio “deve superar a abordagem histórico-estilística e ser trabalhada dentro de uma concepção que integre as questões sócio-econômicas, técnicas, estéticas e ambientais”.⁷

A cidade, pois, como “patrimônio ambiental”, contempla a paisagem urbana como estrutura complexa onde se articulam, em movimento dinâmico, a geografia natural e produzida, a história, a cultura e a economia, com suas representações materiais e imateriais. Aqui, ressalta-se o caráter de representatividade e de exemplaridade tanto dos processos quanto dos produtos, abandonando-se a ênfase centrada apenas na excepcionalidade do monumento único. Nesse estágio, como aponta CASTRIOTA, “a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural” comparecem como elementos necessariamente relacionados e inter-dependentes.⁸

A idéia de “patrimônio ambiental urbano” possibilita a aproximação de dois campos - o da preservação e o do planejamento urbano - cujas concepções e estratégias, até pouco tempo, marcavam-se por mútuo e quase absoluto distanciamento. Assim, torna-se possível fazer uma abordagem conjunta dos aspectos relativos aos setores históricos e das demandas da cidade como um todo, visando a adequação entre os níveis requeridos de sustentabilidade econômica e de qualidade ambiental.

Nesse sentido, o *Inventário de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte* - IPUC-BH, desenvolvido entre 1993-94 pela Prefeitura Municipal e pela Universidade Federal de Minas Gerais, representa um grande passo. A metodologia do IPUC-BH parte do contexto mais geral - o urbano, com seus múltiplos cruzamentos espaciais, funcionais e simbólicos -, para, num movimento de aproximação, chegar à identificação das referências culturais. Avançando em relação aos inventários estudados, trata a questão da cultura em toda sua abrangência, buscando identificar o processo de formação das identidades sócio-espaciais. Para isso, combinaram-se

perspectivas de três áreas disciplinares distintas: a história, a arquitetura e o urbanismo e as ciências sociais.

A pesquisa histórica tem como base dois eixos principais: a história urbana e a história vivida. Os aspectos da ocupação urbana e da dimensão sócio-cultural são abordados através de levantamentos bibliográficos, de fontes escritas e iconográficas, e da realização de entrevistas com moradores, comerciantes e usuários das áreas estudadas.

A pesquisa de arquitetura e urbanismo propõe-se estudar os espaços e edificações significativos, além de analisar as formas representativas de organização e estruturação das regiões, dos processos de apropriação dos espaços e do conjunto das relações e práticas cotidianas. O entendimento da evolução urbana da região e sua relação com o processo de desenvolvimento da cidade constituem ponto-chave dessa análise, permitindo-nos a identificação de áreas e vetores de consolidação e renovação. Com relação ao patrimônio edificado, o enfoque adotado considera as edificações tanto como unidades isoladas como em sua relação com o conjunto urbano, e sua capacidade de gerar ambiências e pontuações no bairro.

A pesquisa sociológica trabalha ao mesmo tempo as micro e macro instâncias, combinando métodos quantitativos e qualitativos, visando apreender as condições diferenciais da relação comportamento / espaço e os processos sociais que derivam de formas distintas de organização e apropriação do espaço do bairro e da cidade.

Metodologicamente, o IPUC-BH utiliza-se das ferramentas tradicionais - as fichas com registros diversos -, mas emprega também pesquisas por amostragem. A ênfase, no entanto, reside na elaboração de produtos analíticos e sínteses sobre as áreas de estudo, visando ao subsídio dos planos e programas de revitalização urbana. Nos anos de 95 e 96 realizou-se uma experiência-piloto: a partir do IPUC-Lagoinha foi construído um *projeto de reabilitação integrada* para aquela região.⁹

O Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural do Centro Histórico de Betim

Desde 1995, quando foi realizado o “*Levantamento Cultural de Betim*”, tem-se procurado constituir uma ação coordenada entre o município e a sociedade civil, articulando programas e projetos em defesa do patrimônio. O “*Plano Integrado de Proteção ao Patrimônio de Betim*”¹⁰, lançado em 1997, parte da perspectiva contemporânea do desenvolvimento integrado: o conhecimento acumulado sobre as áreas e objetos sobre os quais se quer atuar, serve à elaboração de ações que visam tratar os diferentes problemas de forma articulada e simultânea.

Dentro dessa dinâmica foram realizados, durante o ano de 1998, tombamentos de bens móveis e imóveis de grande interesse de preservação, em diferentes pontos da cidade, e implementadas outras ações relativas à proteção do patrimônio.

Bens culturais tombados:

1- Casa da Cultura Josephina Bento - É o único exemplar remanescente do período colonial do antigo centro de Capela Nova do Betim, onde se instalou a Casa da Cultura do Município.

2- Igreja Nossa Senhora do Rosário - Datada do século XIX, é a mais antiga igreja de Betim onde, anualmente, acontece a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

3- Estação Ferroviária - Inaugurada em 1910, é parte da construção do trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas que ligava Belo Horizonte a Divinópolis.

4- Colégio Comercial Betinense - Inaugurado em 1910, nesse prédio funcionou o primeiro Grupo Escolar de Capela Nova do Betim, resultado da luta da comunidade pelo acesso à educação.

5- Portal da Colônia Santa Izabel - O Portal demarca o território da Colônia Santa Izabel, documento valioso para a compreensão das políticas sanitárias já adotadas no país e para o entendimento da expansão do município.

6- Igreja de São Sebastião - Localizada na região periférica do bairro Amazonas, foi construída nos anos 40 em área que se adensa rapidamente nos anos 70.

7- Acervo de Bens Móveis do Padre Ozório - Preserva a memória do Padre Osório de Oliveira Braga (1878/1968), vigário que desempenhou importante papel religioso e político na cidade de Betim.

Seguindo-se às ações de tombamento, foi realizado o “*Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural do Centro Histórico de Betim*” - IPUC-Betim ¹¹, visando a futura implementação de planos de revitalização nessa área da cidade. O trabalho desenvolvido pautou-se pelas seguintes determinações:

identificar e caracterizar os elementos do patrimônio urbano e cultural;

identificar e caracterizar as pressões e transformações originadas desde o meio urbano-social, como um todo.

A análise combinada desses fatores levou à identificação de áreas com um perfil característico em termos de sua ocupação, uso, tipologias urbanas e arquitetônicas, estado e idade das edificações, etc., possibilitando uma abordagem global dos seus problemas e a proposição de diretrizes de revitalização. O trabalho de sistematização e análise dos dados obtidos em campo enriqueceu-se com a sobreposição dos conteúdos históricos e culturais, passados e presentes, ora constantes em registros formais ora obtidos da “memória viva” local.

O “*Plano Integrado de Proteção ao Patrimônio Urbano e Cultural*”, baseado no diagnóstico do IPUC-Betim, propõe-se agir no sentido da reabilitação dos suportes que falam da (trans)formação da cultura. Ao abrir oportunidades de recuperação e construção de novas

narrativas, estas, por sua vez, podem vir a constituir-se “passaportes” para a (re)descoberta de um sentido de “pertencimento” ao lugar, ao território.

Relativamente ao centro histórico, trata-se, justamente, de reforçar a sua dimensão como espaço do confronto e do intercâmbio, um lugar para ser partilhado física e simbolicamente. Principalmente, busca-se ampliar e consolidar a representatividade do centro tradicional em relação à toda a presente diversidade do território betinense. Neste sentido, enfatizamos que a produção de conhecimento sobre os bens de valor histórico e cultural deve servir, primordialmente, à preservação dos seus conteúdos e significados para as populações que fazem uso deles, e explicitar que as necessárias transformações dentro da cidade devem se fazer a partir daqueles mesmos conteúdos e significados.

Betim: no caminho que vai das minas à industrialização

Município integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Betim tem suas origens no início do século XVIII quando, no ponto estratégico de passagem das tropas que abasteciam as regiões de mineração do Pitangui e Rio das Velhas, surge um pequeno povoado. Escasseado o ouro, o então Arraial de Capela Nova volta-se para a produção agropecuária, mantendo-se nessa condição até meados do século XX. Grosso modo, dois momentos são particularmente significativos para as transformações que se darão, subseqüentemente, no espaço de Betim: o primeiro é a mudança da capital do estado, de Ouro Preto para a recém-inaugurada Belo Horizonte, em 1897, a qual imprimirá sua própria dinâmica às regiões vizinhas; o segundo decorre das políticas de industrialização implementadas pelo Estado, visando à criação de um pólo industrial competitivo, e que culminam na implantação da FIAT Automóveis e de todo um universo de linhas de produção relacionadas àquela, no período da “nova industrialização mineira”.

A industrialização, por seu lado, traz a “esperança do crescimento das receitas municipais e da modernização do espaço urbano”¹², enquanto que a ocupação do território municipal, intensificada pelo movimento migratório, concorre para a periferização acelerada e sem controle do espaço de Betim. Ambos os processos são decorrentes do predomínio das forças de metropolização sobre as forças locais, contribuindo para o reforço das desigualdades no município. Conseqüentemente, exacerba-se a dualidade centro-periferia, ao longo das décadas de 70 e 80. Transformado em grande núcleo industrial, por força dos arranjos políticos externos (União, Estado), pode-se dizer que Betim, atualmente, concentra em seu território “forças em competição que tendem a afirmar a relativa autonomia local através da convergência para o centro histórico, e processos supra-locais que atuam sobre a formação do espaço: indústria, lazer, periferização”.

A desarticulação do território e a origem diversa de seus habitantes têm-se constituído os maiores entraves à integração do município. No seu universo plural e fragmentado, as questões ligadas à memória e à história constituem, hoje, o ponto focal de uma política que, através da explicitação das identidades dos vários grupos sociais, pode significar o rompimento daquela estrutura segregadora. A valorização das formas culturais locais, do casario remanescente do século XVIII e do século XIX, das manifestações religiosas da cultura negra, e daquelas surgidas com a migração, constitui o ponto de partida para um projeto integrado de reabilitação urbana, econômica e social que passa pela própria reconstrução das identidades, num movimento mobilizador dos próprios sujeitos interessados em não perpetuar a reprodução dessa geografia de desigualdades.

No entanto, devemos considerar que a questão da preservação do patrimônio insere-se num quadro onde se revelam as contradições próprias da sociedade e as carências do meio urbano, tornando-se um foco propício à explicitação e à reivindicação de ações orientadas para a solução dos problemas locais.

Os limites e sub-áreas

No Plano Diretor Urbano - Betim-96 consta a denominação "Centro Histórico", referindo-se à área central, tradicional do município. Esta área compreende a vizinhança dos bens culturais tombados "Capela de Nossa Senhora do Rosário", "Colégio Comercial Betinense" e "Estação Ferroviária".

A área de estudo, denominada Centro Histórico de Betim, engloba o trecho compreendido por um polígono onde se identificam algumas estruturas remanescentes dos períodos de evolução da cidade, a saber:

- identificação de um "traçado implícito" que pode estar na origem do Arraial da Capela Nova do Betim, basicamente definido pelo "eixo" descontínuo formado pela avenida Governador Valadares, rua Dr. Gravatá e rua do Rosário;
- presença de edificações de grande significado do período de transição entre o século XIX e o século XX, e que se constituem bens culturais tombados, a saber: "Capela de Nossa Senhora do Rosário", "Colégio Comercial Betinense" e "Estação Ferroviária";
- presença de monumentos simbólicos, como o Monumento Comemorativo da Criação do Município e de uma concentração de edificações remanescentes do período eclético e art-déco, e algumas dos anos 50 / 60, representativas por seu valor arquitetônico isolado ou por seu valor de conjunto urbano;
- identificação de percursos e de pontos estratégicos, de onde se podem avistar elementos e / ou conjuntos de interesse histórico e arquitetônico, dentro da área do centro;

- existência de cobertura vegetal de porte e densidade significativos nos quintais dos lotes urbanos da área central, indicador seguro de uma alta taxa de permeabilidade do solo e evidente fator de condicionamento climático da região, constituindo importante traço de sua identidade a ser valorizado e preservado;

- identificação de pressões por renovação, tanto em termos de ocupação e uso do solo, quanto por melhorias dos níveis de serviços urbanos.

O Centro Histórico caracteriza-se como uma entidade heterogênea, onde as vinculações entre as formas espaciais e culturais se expressam segundo tempos e apropriações as mais diversas, ora predominando o simbólico, ora o elemento material. Dentro dos seus limites, identificamos “manchas” com diferentes caracterizações, relativas aos tipos de uso e ocupação, idade das edificações e tempo de permanência de usos, simbologia e elementos históricos, traçado das vias, pressões urbanas e ambientais. Assim, para melhor desenvolvimento dos estudos, dividimos o Centro Histórico em três sub-áreas:

a) sub-área I: caracteriza-se pela maior concentração de comércio e serviços, pela interação dos fluxos municipais e metropolitanos, pela presença de órgãos da Administração Municipal e, sobretudo, como lugar de afirmação simbólica da cidade;

b) sub-área II: caracteriza-se pela presença da Estação Ferroviária e pelo Centro de Abastecimento de Betim. Espaço onde predominam os usos mais populares, constitui uma faixa de transição tanto geográfica quanto funcional entre as outras sub-áreas;

c) sub-área III: caracteriza-se pelo aumento da concentração de uso residencial nos últimos anos, e pela presença da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um forte componente da cultura religiosa local, desde o século XIX.

Uso e ocupação do solo

O processo de ocupação do Centro Histórico é lento até o final dos anos 50, evidenciando-se um ligeiro crescimento do setor de comércio e misto de comércio e serviços, na sub-área II, na década de 40. Este, provavelmente, é devido à proximidade da indústria incipiente e da estação ferroviária, o que vai repercutir no aumento do fluxo de cargas e de passageiros, e na movimentação na região do entorno. No caso da sub-área III, verifica-se um crescimento progressivo a partir dos anos 50 até a década de 80, quando se observa um "salto" no ritmo da ocupação. Se considerarmos que o uso daquela sub-área é basicamente residencial podemos inferir que a área central ainda representa grande potencial de atratividade em termos de fixação de moradia.

A partir da década de 60, a área central começa a apresentar taxas maiores de crescimento, representadas pelo crescente índice de ocupação do solo. São as décadas seguintes, de 70 e 80, que vão caracterizar um verdadeiro "boom" no que se refere à ocupação do centro, com taxas

médias de crescimento das construções de 24% e 33%, respectivamente. Em 1970, o centro já se apresentava como área preferencial para a localização de atividades não residenciais. Em 1980, o setor terciário, dos serviços e do comércio, localizados no centro, correspondiam a 60% do total verificado no município.¹⁴ Esse período corresponde à instalação do Distrito Industrial e ao auge da expansão urbana do município, na direção leste.

Quanto à concentração terciária na área central, podem ser identificados dois sub-grupos: 1) as atividades comerciais tradicionais, de propriedade de pessoas que têm ou já tiveram participação expressa no poder local; 2) as atividades que vêm se modernizando, por iniciativa da elite local ou de empreendedores recentemente chegados à cidade. Neste último grupo, compõem as redes metropolitanas de comércio e de serviços e aqueles investidores dispostos a integrar o âmbito municipal em seu raio de ação, dentro de uma visão que considera as necessidades da realidade urbana de Betim.

Nos últimos cinco anos, a área interna do centro responde por uma parcela relativamente baixa das novas construções comerciais¹⁵. Verifica-se a tendência à localização de novas construções no entorno da área central, especialmente no sentido norte área onde existe um grande número de lotes vagos, constituindo-se o maior mercado formal do município no que se refere a esse setor da economia.

Reconhecidamente, a área central do município de Betim constitui-se uma força preponderante na estruturação do espaço urbano, que referencia e articula a região do seu entorno. O centro de Betim é "o espaço de afirmação das elites locais, que controlam o adensamento, resistindo à pressão de agentes imobiliários externos".¹⁶ No entanto, o percentual identificado de domicílios vagos (11,6%) pode ser um indicativo de possível mudança de usos, do residencial para serviços e / ou comércio, a exemplo das transformações ocorridas em áreas centrais e peri-centrais de Belo Horizonte. Curiosamente, a Lei nº 1744, de Uso e Ocupação do Solo, que vigorou desde 1986 até a edição do Plano Diretor Betim-96, não conseguiu imprimir densificação maior na área central do município.

De um modo geral, a área do Centro Histórico caracteriza-se pela dominante horizontalidade, sendo maioria as edificações de até dois e três pavimentos. Nestes últimos tempos, construções recentes têm apontado no sentido de maior verticalização, mais de acordo com os coeficientes de aproveitamento permitidos pela legislação de 1996. No entanto, essas ocorrências de maior altura, pelo seu caráter pontual, no momento apenas contribuem para salientar a forte horizontalidade da ocupação do solo da área do Centro Histórico, como um todo.

O patrimônio edificado

O IPUC-Betim buscou identificar os vários períodos da evolução da área central de Betim, através do reconhecimento das unidades arquitetônicas e conjuntos urbanos significativos. Com

relação a estes últimos, ainda que compostos por exemplares de épocas diversas, consideramos o aspecto da harmonia do conjunto e a forma de sua inserção no tecido urbano. Assim, trabalhamos com uma classificação preliminar de estilos (ecléctico, art-déco e pré-moderno / moderno), que reflete o processo de ocupação do Centro Histórico ao longo deste século.

A relação entre o espaço arquitetônico e o espaço urbano colocou-se como fator dos mais importantes para a compreensão da organização dos "lugares" do Centro Histórico, em sua dimensão histórica, social e econômica. Desse ponto de vista, os logradouros e suas características físicas e de articulação com o entorno, constituem-se elementos essenciais à apreensão do espaço urbano.

No traçado das vias, Betim confirma a sua herança colonial. No entanto, observa-se que, sobre este traçado vai-se instalando uma nova coleção de referências, construídas a partir do século XX sob a influência do centro metropolitano, a nova Capital de Minas Gerais. Assim, estão presentes tanto os elementos decorativos do período eclético quanto os modernos, numa (re)leitura bastante simplificada, porém, de efeito se considerada a paisagem predominantemente horizontalizada e, como já foi dito, ainda rica em densidade vegetal nos quintais dos lotes.

As edificações, de um e dois pavimentos em sua maioria, seguem o padrão de implantação no alinhamento do lote, principalmente ao longo dos eixos de maior importância. Algumas exceções indicam épocas de construção anteriores ao período eclético, ou contemporâneas das construções das décadas de 40 e 50 em Belo Horizonte. De um modo geral, percebe-se entre o volume da construção e o logradouro um diálogo em que prevalece a escala humana.

Podemos identificar - através dos exemplares arquitetônicos antigos remanescentes e de outros, já demolidos, de que temos apenas testemunhos documentais - a existência de um eixo de ocupação mais antigo formado pelo prolongamento da avenida Governador Valadares, rua Dr. Gravatá e rua do Rosário. Neste "traçado implícito", sobressaem a Casa da Cultura, construção do século XVIII, o Colégio Comercial Betinense - de 1910, o Monumento Comemorativo da Criação do Município, o conjunto urbano existente no trecho inicial da rua Dr. Gravatá e rua Belo Horizonte, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e alguns poucos exemplares ecléticos na rua do Rosário.

A avenida Amazonas intervém como o elemento que reordena o espaço da Sede, introduzindo um novo eixo de expansão. Seu prolongamento materializa a influência da capital, os novos fluxos de idéias e de pessoas, "separando" os bairros e localidades mais antigos de Betim, interligando a indústria local e incipiente às rotas para as grandes cidades. No cruzamento das avenidas Amazonas e Governador Valadares, o monumento comemorativo da emancipação do município, em 1938, funde os tempos que marcam as estruturas básicas da expansão da cidade.

Nesse cruzamento, a severidade e solidez da arquitetura do início do século do Colégio Comercial Betinense constitui-se significativamente na paisagem pobre de referências que é o centro, em que o próprio marco da emancipação parece eclipsar-se à visão. Do outro lado, um

edifício de 5 pavimentos sobressai como exemplo dessa arquitetura inexpressiva, regida pela lei do aproveitamento máximo, que prevalece dos anos 70 em diante. São exemplos de dois tempos distintos da evolução urbana de Betim. As dimensões da avenida Governador Valadares, onde se esboça um indício de paisagismo, evidenciam a presença dessa ordenação que se espera ver associada aos centros das cidades.

O trecho da avenida Amazonas, entre avenida Governador Valadares e praça Tiradentes (quadra I-B), apresenta um repertório de edificações que vai do estilo eclético ao art-déco e proto-moderno, estes últimos com traços bastante simplificados. Um desses exemplares arquitetônicos, situado na esquina da avenida Amazonas com a praça, provavelmente construído em fins dos anos 50 / início dos anos 60, ainda conserva os traços característicos do padrão de linguagem plástica dessa época, evidenciando-se as cercaduras dos vãos e demarcações dos pavimentos em argamassa. Nas faces de quadras I-H, I-L e I-M também encontramos exemplares das décadas de 50 e 60; na quadra I-H, na esquina da rua José Félix, verifica-se uma seqüência de quatro edificações desse período. Na rua Rio de Janeiro, face da quadra I-E, e rua Marcelina Lopes, na mesma quadra, um conjunto de edificações térreas, algumas com a cobertura em laje inclinada ainda intacta, denunciam a racionalidade programática e construtiva do final dos anos 50 e anos 60. Provavelmente construídas para habitação unifamiliar, e evidenciando poucas alterações no volume, hoje se apresentam ocupadas por atividades de serviço e comércio, mais condizentes com a sua proximidade em relação ao centro.

A rua Dr. Gravatá e a rua Belo Horizonte, dentro da sub-área II, nas proximidades da Estação Ferroviária (quadras II-C e II-F e face de quadra II-F), conservam ainda um expressivo conjunto de edificações, a maioria da década de 40. Outros exemplares, das décadas de 20 e 30, e alguns poucos datados dos anos 50, completam esse conjunto urbano significativo da evolução da cidade. É o ambiente mais rico em elementos arquitetônicos dos períodos eclético e art-déco na área central de Betim. A maioria acha-se ocupada por atividades ligadas ao comércio, misto de comércio e serviços, e misto de residencial e comercial. Nessa região, predomina o uso residencial, embora a antiga Lei do Uso e Ocupação do Solo, de 22-08-1986, incentivasse a ocupação por serviços, comércio varejista e atacado de pequeno porte.

O espaço configurado pelas ruas Dr. Gravatá e Amin Fares Dabian apresenta uma ambiência própria que pode ser atribuída à combinação, num mesmo lugar, de alguns fatores. A presença de tipologias de períodos mais antigos e a miscelânea de usos que se verifica no local, sugerem a movimentação típica dos lugares que se desenvolveram em torno dos antigos pontos de chegada das cidades, as estações ferroviárias. A instalação do Centro de Abastecimento de Betim - CEABE, em 1978, polariza fortemente as novas ocupações na sub-área II, quase sempre de atividades ligadas ao setor de abastecimento de gêneros alimentícios.

A sub-área II exemplifica no seu ambiente construído dois momentos marcantes da evolução de Betim neste século, materializados no conjunto urbano da Rua Dr. Gravatá - que se insere no

ciclo da construção da primeira hidrelétrica e da implantação da ferrovia - e na sede do CEABE, expressão de uma nova racionalidade, associada à idéia de centralização que permeia o tempo da "nova industrialização mineira".

Interessante notar a força da penetração simbólica do progresso, caracterizada pelo uso popular de elementos formais tomados do repertório institucional. No caso, referimo-nos às colunas do Palácio da Alvorada, em Brasília, largamente "apropriadas" pela imaginação e criatividade populares e mesmo pelas entidades públicas, num processo de identificação coletiva com a nova era de progresso. O monumento situado em frente ao CEABE, inspirado nas colunas "alvoradianas", comemora a inauguração da obra, ao mesmo tempo em que a associa a um signo de representação do poder mesclado à idéia de progresso. Outros exemplos dessa influência estão presentes em duas residências - uma situada à rua Damazo de Resende n° 125 F, e a outra à avenida Gabriel Passos n° 278 - onde se verifica o uso repetido da forma das colunas acima referidas.

Na sub-área III, o principal referencial arquitetônico e histórico é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída no final do século XIX. Implantada em plano elevado, o adro de dimensões generosas permite a visualização do centro da cidade. É bastante significativo que 19% das edificações da rua do Rosário sejam datadas dos anos 40 (faces de quadras III-D e III-I), comparado com a taxa de edificações remanescentes desse período nas outras sub-áreas (em torno de 4%). A permanência das edificações mais antigas aponta para um processo de adensamento mais lento na sub-área III, que só da década de 70 em diante vem apresentando taxas maiores de construção.

Conclusão

A predominância dos aspectos ligados à macro-localização das indústrias em detrimento das relações locais, no auge da metropolização, condiciona uma série de pressões sobre a estrutura urbana pré-existente.

Os eixos viários de acesso a Capital, a ferrovia e a rodovia, apesar do seu papel na formação espacial de Betim, "estruturando núcleos e loteamentos descontínuos e dispersos", são, ao mesmo tempo, "elementos de separação ou inibidores da articulação entre espaços situados em lados opostos de suas margens" ¹⁷. A avenida Amazonas, principal via de articulação do município no sentido leste-oeste, atravessa o "coração" da cidade, carreando um volume considerável de tráfego e gerando forte impacto sobre o ambiente urbano.

A expansão dos setores comercial e de serviços a partir da década de 70, determina alterações na configuração da paisagem urbana do Centro Histórico, expondo-a à um processo invasivo e descaracterizador. A mutilação e destruição dos elementos significativos do espaço urbano - em termos de sua capacidade de representação simbólica da organização de uma sociedade - tem-se

revelado procedimento recorrente tanto nas práticas do setor público quanto nas do setor privado. A partir dessa constatação, deve-se atentar para a compatibilização entre as aspirações dos diversos segmentos que interagem na cidade, de forma que não se percam as "unidades significativas"¹⁸, a pretexto da renovação urbana ou das imposições do mercado.

Em se tratando de áreas sujeitas à preservação cultural, como é o caso enfocado nesse trabalho, as pressões derivadas do tráfego intenso - poluição, mudanças de usos, degradação ambiental - devem ser devidamente consideradas do ponto de vista de seu potencial desestruturador, buscando-se alternativas que otimizem as relações que se estabelecem entre os níveis funcional, de intercâmbio e simbólico do Centro Histórico.

Currículos

Jurema Marteleto Rugani

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), com especialização em Urbanismo (1996) e Revitalização Urbana e Arquitetônica (1998).

Professora junto às Faculdades Integradas Metodistas Izabela Hendrix desde 1986. Mestranda em Arquitetura (UFMG), na área de concentração Teoria e Prática do Projeto.

Coordenadora de projetos nas áreas de Urbanismo e Revitalização Urbana e Arquitetônica.

Coordenadora de Projetos de Inventários. Membro da Comissão de Cidades do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB/MG.

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), doutorando em Filosofia pela UFMG.

Professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Chefe do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo.

Membro do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Minas Gerais (1999).

Coordenador de projetos nas áreas de Revitalização Urbana e Arquitetônica.

Coordenador de Projetos de Inventários.

Endereço

Jurema Marteleto Rugani

Avenida Nossa Senhora do Carmo 221/s. 325 - Carmo - CEP 30330-000

Belo Horizonte / MG - tel/fax: (31) 287-9297

e-mail: juremarugani@hotmail.com

Leonardo Barci Castriota
Rua Conde de Linhares, 901/102 - Cidade Jardim - CEP
Belo Horizonte / MG - tel/fax: (31) 342-1360
e-mail: leobarci@hotmail.com

Ficha Técnica

Coordenação de Arquitetura e Urbanismo:

Jurema Marteleto Rugani
Leonardo Barci Castriota

Equipe Técnica:

Christian Schaper Soriano de Souza
Paulo Henrique Alonso
estagiário de arquitetura: Wagner de Souza Rezende

Discentes: alunos da Escola de Arquitetura da UFMG:

Adriana Amélia da Cunha Malta
Aldo Grossi
Andréia Cecília Cruz Sanches
Juliana de Sá Carvalho
Juliana Freitas do Amaral Spadano
Leonardo Alencar de Moraes
Marco Túlio Rezende Magalhães
Roberta de Lima Vasconcellos
Rodrigo Jacinto Lemos
Simone Agda Rabelo

Pesquisa de Antropologia

Socióloga Ana Lúcia modesto
Antropóloga Cleonice Pitangui Mendonça

Notas

- ¹ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1987, p. 29.
- ² MOTTA, Lia. "A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1987. p. 108.
- ³ ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Op. cit.*, p. 81.
- ⁴ INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Inventário de proteção do Acervo cultural de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA, 1985, p. 5.
- ⁵ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: Liberdade*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987, p. 9.
- ⁶ FONSECA, Maria C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997. 316 p. (citação p.230).
- ⁷ CARTA DE OURO PRETO. Ouro Preto: Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Minas Gerais, 1992.
- ⁸ CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de patrimônio. *TOPOS - Revista de Arquitetura e Urbanismo*. v.1, n.1, (jan/jun) - 1999. p.134-138. (citação p.137).
- ⁹ Projeto de Reabilitação Integrada - Bairro Lagoinha. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996. (Mimeogr.).
- ¹⁰ Plano Integrado de Proteção do Patrimônio de Betim. FUNARBE / UFMG. Belo Horizonte: 1997, Mimeogr.
- ¹¹ RUGANI, Jurema. CASTRIOTA, Leonardo. *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim*: IPUC-Betim. Belo Horizonte, 1998. p.6-9. (Convênio FUNARBE / UFMG / NEAD). Mimeogr.
- ¹² Centro de Estudos Urbanos - CEURB. *Projeto Desenvolvimento Urbano de Betim: Relatório Final*. Belo Horizonte: 1994, p.13
- ¹³ Idem, p. 2
- ¹⁴ Idem, p. 33
- ¹⁵ Idem, p. 67
- ¹⁶ Idem, p. 38
- ¹⁷ Idem, p. 30
- ¹⁸ SANTOS, Carlos Nelson F. "Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo". *Revista Projeto*, n. 86, São Paulo, Abril, 1986.